DOCUMENTAÇÃO DE TRABALHOS

Maria José Theresa de Amorim

. *Doutora em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Case Western Reserve University.*

. *Professor Adjunto do Departamento de Biblioteconomia do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.*

A palavra **documentação** tem várias acepções; na expressão **documentação de um trabalho**, designa a indicação das fontes em que se baseou o autor.

A referência a outros documentos num escrito dado é quase tão antiga quanto o saber; em alguns casos unicamente essas menções dão notícias de obras que não chegaram até os dias atuais. Entretanto, pouco se conhece sobre a história e a evolução da prática de documentar trabalhos, sendo produtiva área de pesquisas o estudo da origem e do desenvolvimento da citação na literatura especializada.

Para Hodgson, foi no início do século XIX, do desenvolvimento da universidade alemã e dos estudos avançados aí realizados, que resultaram o saber moderno e o reconhecimento da necessidade de indicar cuidadosamente as fontes de informação.[1] Derek J. de Solla Price afirmou poder-se verificar, numa coleção extensa de qualquer periódico científico ter surgido, por volta de 1850, a praxe de menções explícitas a trabalhos anteriores com a qual se está familiarizado atualmente, servindo de apoio ao acréscimo distinto e bem entretecido que é a carga ideal de cada trabalho.[2] Infelizmente, nem Hodgson nem Price documentaram as suas assertivas...

O folclore estudantil ridiculariza a documentação de trabalhos com o dito de que *"copiar de uma fonte é plágio; copiar de várias é pesquisa"*. Mas, a despeito de abusos, a tradição do saber estabelece que um escrito especializado que se preza não pode prescindir das citações que o documentem. A citação de referências é uma construção intelectual, não a confecção de uma colcha de retalhos. Pela documentação, uma obra se apóia em obras anteriores e serve, por sua vez, de ponto de partida para outras.[3] Quem escreve deseja convencer. Um trabalho é como que a defesa de uma causa, apresentando as provas cuidadosamente concatenadas. Williams e Stevenson lembram que um autor deve estabelecer o seu caso através da evidência documentada.[4] Num trabalho são urdidos fatos, noções, opiniões,refutações, fazendo surgir um conhecimento novo ou um novo modo de encarar fenômenos.

O estudo das razões para citar constitui outra área promissora de pesquisa. Em 1965, Kaplan[5] mencionava como das

mais completas sobre o assunto, as recomendações sobre o que citar, feitas treze anos antes por E. Bright Wilson Jr. Este ensinava que uma documentação ampla é importante para dar ao leitor o desenvolvimento histórico do problema e de qualquer tentativa anterior de resolvê-lo. Deveriam ser documentadas descrições mais completas da aparelhagem ou dos métodos usados, e da evolução de um determinado aparelho ou método empregado, assim como dados, fatos, equações, argumentação e, também, trabalhos que tivessem conclusões semelhantes e aceitáveis.[6]

Melvin Weinstock relacionou quinze motivos para citações, no seu artigo na **Encyclopedia of library and information science:**

1 - Homenagear pioneiros.

2 - Dar crédito a trabalho relacionado.

3 - Identificar metodologia, equipamento etc.

4 - Proporcionar leitura básica.

5 - Indicar fontes fundamentais sobre o tema.

6 - Corrigir o próprio trabalho.

7 - Criticar trabalho anterior.

8 - Reforçar reivindicações.

9 - Alertar pesquisadores para trabalho em andamento.

10 - Proporcionar informação sobre trabalhos pouco disseminados, mal indexados ou não citados.

11 - Autenticar dados e fatos - constantes físicas etc.

12 - Identificar publicações originais nas quais determinada idéia ou conceito tenha sido discutido.

13 - Identificar as publicações originais que descreveram conceitos ou termos eponímicos tais como Doença de Hodgkins, Lei de Pareto, Reação de Friedel-Crafts.

14 - Ressalvar a responsabilidade sobre trabalho ou idéias alheias.

15 - Disputar as reivindicações alheias de prioridade.[7]

Alguns dos motivos para documentar servem à defesa do autor: estabelecer autoridade, apresentar evidência, prestar credibilidade ao trabalho, reforçar asserções que não são geralmente aceitas como verídicas, ilustrar pontos de vista divergentes, adotar uma posição. Ao dar crédito pelas fontes usadas o autor se defende, pois sendo errônea a opinião citada, a culpa já estará atribuída ao original; sendo correta, o autor e sua fonte mutuamente se reforçam e o citante estará em boa companhia.[8]

Outras razões aduzidas para citar representam uma função por assim dizer didática da documentação: ser útil aos demais pesquisadores, ajudar os estudiosos que trabalham em temas relacionados a construir uma bibliografia básica, proporcionar meios para ampliar a investigação, oferecer aos leitores fontes adicionais de leitura, sugerir outros aspectos além dos versados no trabalho.

Do ponto de vista ético, a documentação se destina a esclarecer e convencer; é efetuada por cortesia, honestidade intelectual, modéstia, integridade, exaustividade, imparcialidade. Mas pode, também, apresentar vícios tais como: menção de fontes não utilizadas ou inexistentes; esforço do autor de se promover perante os leitores, ostentando familiaridade com gente famosa; emprego de fontes ou materiais de qualidade duvidosa; omissão de fontes importantes; citação de autoridades ou superiores hierárquicos, por bajulação; favorecimento de amigos ou familiares. É preciso estar alerta contra os possíveis defeitos da documentação. Corretamente apresentada, porém, servirá para revelar o vigor e a integridade do saber, e evitará deixar o leitor na dúvida sobre o mérito científico da investigação.

Ligadas aos estudos dos objetivos e defeitos da documentação, estão as pesquisas sobre a localização, frequência e funções das referências. Voos e Dagaev cogitaram se haveria uma diferença no valor de uma citação dependendo de onde está localizada no texto e se os artigos citados várias vezes serão mais valiosos para o usuário do que os citados apenas uma vez.[9] Bertram procurou verificar essas hipóteses, investigando a localização e o nível da citação em documentos.[10] Carolyn O. Frost desenvolveu uma classificação preliminar das funções da citação, para uso na pesquisa literária, através do estudo da prática de documentar, determinando três grupos básicos:

1 - Trabalho citado usado como fonte: primária ou secundária;

2 - Trabalho usado para uma asserção de fato ou de opinião;

3 - Tratando-se de obra secundária, se a citação representa uma apreciação positiva ou negativa, isto é, se o autor citante concorda com sua fonte ou discorda dela.[11]

Importantes índices de assuntos são elaborados com base no fato da documentação de um trabalho levar a outras fontes úteis sobre o mesmo tema: são os índices de citações, relacionando os documentos referenciados num determinado artigo e aqueles que o citam.[12] A partir desses índices são feitas as análises de citações. Na análise de acoplamente bibliográfico considera-se dois tipos de conjuntos de documentos, conforme cada membro do grupo tenha ao menos uma unidade de acoplamento em comum com um determinado documento de teste (a unidade de acoplamento é o número de referências em comum), ou, ainda, conforme cada membro do grupo tenha, no mínimo, uma unidade de acoplamento em comum com cada um dos demais membros do grupo.[13] Na análise de co-citação mede-se a força da co-citação entre dois documentos citados pelo número de documentos que mencionam ambos simultaneamente.[14] O julgamento dessas relações entre os documentos independe dos termos e das línguas empregados, portanto a análise de citações não tem base subjetiva. Os conjuntos resultantes sofrem mudanças que refletem os usos e interesses correntes da comunidade erudita. Evidentemente, se dois autores citam um terceiro, simultaneamente, não estão necessariamente citando as mesmas coisas e pelas mesmas razões; no entanto, os estudos feitos têm

demonstrado que a análise de citações permite chegar a conclusões fidedignas sobre relações entre assuntos, influências de um assunto sobre outro e criação de novas áreas de pesquisa. Hodges examinou as circuntâncias que determinavam as decisões de citar, justamente para avaliar teoricamente os princípios de acesso à literatura, inerentes aos índices de citações; concluiu que algumas das razões para citar, tais como apresentar provas ou evidência, registrar resultados corroborativos, mostrar anteriores etapas lógicas e efetuar correções, resultam em conexões valiosas para descoberta de outros trabalhos pertinentes a um tema.[15]

O requisito primordial da indicação das fontes usadas é possibilitar a sua perfeita identificação. Para documentos emprega-se a referência bibliográfica, *"um conjunto de indicações precisas e minuciosas que permitem a identificação de publicações, no todo ou em parte."*[16]

Referências incompletas, truncadas, ou que não apresentem os documentos de acordo com princípios geralmente aceitos nos mais importantes catálogos e bibliografias, acarretam problemas na identificação das obras. Há alguns anos atrás foi impossível obter uma fotocópia a partir de uma referência apresentada por Louise Noëlle Malclès no livro **La bibliographie:**

ZOLTOWSKI (Victor). Les cycles de la création intellectuelle et artistique, dans Année Sociologique, 1952.[17]

A biblioteca à qual foi encaminhado o pedido tinha o volume de **Année Sociologique**, mas não pôde localizar o trabalho. Seria preciso que constassem na referência os dados

completos: **L'Année Sociologique:** Troisième série, 1952. Paris, Presses Universitaires de France, 1955. p. 163-206. É custoso para um biblioteca investir tempo e trabalho e completar uma referência. Noutro exemplo, a tese de Bertram dava a localização de um artigo na revista RQ assim: RQ 5, 29(1966).[18] Segundo o sistema de referenciação adotado, 5 seria o volume e 29 a página de início do artigo. Como a paginação do volume não era contínua, foi preciso consultar a página 29 de todos os fascículos da revista no ano de 1966, para localizar o artigo. A referência estava correta de acordo com a norma adotada, mas deveria ter sido mais exata, indicando o número do fascículo ou a data, no caso Summer 1966. Nem todas as normas de referenciação exigem a indicação das páginas inicial e final de um artigo; no caso de um pedido de cópias isso acarreta problemas. Não se pode deixar a outrem a decisão sobre até onde copiar um determinado texto.

Há incontável variedade de formatos de referências bibliográficas. São, em geral, mais restritos a documentos convencionais (livros, no todo ou em parte, artigos de periódicos). Prestou-se relativamente menos atenção, até recentemente, às referências para multimeios, objetos (realia) e fontes tais como entrevistas.[19]

Procurando uniformizar o formato das referências, a entidade mundial de normalização, International Organization for Standards - ISO, elaborou inicialmente os projetos ISO PR 23 **Citações bibliográficas** e PR 24 **Referências bibliográficas,** em 1959 reunidos na Recomendação ISO R 77 **Referências bibliográficas;** parte 1, elementos essenciais. Posteriormente a Re-

comendação passou a ser denominada ISO R 690 **Referências bibliográficas;** elementos essenciais e suplementares, divulgada em várias edições. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) criou, em 1955, uma Comissão de Documentação que, dentre outros projetos de normas, elaborou o PNB-66 **Referências bibliográficas,** calcado nos projetos ISO PR 23 e PR 24.[20] Depois de vinte e três anos como projeto, devendo receber sugestões dos interessados (é de se indagar se tais sugestões foram acatadas), foi divulgada como norma brasileira em 1978, a **NB-66 Referências bibliográficas.**[21] Como instrumento de trabalho, deixa a desejar, pelos defeitos e falhas que prejudicam o seu emprego. Há contradições entre regras e exemplos, e insuficiência destes. As instruções são apenas para livros no todo e em parte, periódicos no todo e em fascículos, artigos, patentes e acórdãos. Falta, principalmente, um embasamento em princípios que possibilite a resolução dos problemas frequentes na referenciação. O documento pouco mudou nos vinte e seis anos de existência. Manteve-se totalmente alheio aos desenvolvimentos havidos na descrição de obras, e representados pela Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (International Standard Bibliographic Description, ISBD), esquecendo, assim, a inspiração internacional sob a qual apareceu. Um ano antes da ABNT divulgar a NB-66, o American National Standards Institute, entidade americana de normalização, publicou a norma ANSI Z39, 29-1977 **Bibliographic references,**[22] abrangendo materiais convencionais e multimeios, e adotando conceitos de descrição bibliográfica desenvolvidos a nível internacional, tais como os da

ISBD e os propostos pelo sistema mundial de informações científicas e técnicas das Nações Unidas, o UNISIST.

As normas de referenciação bibliográfica são de aceitação voluntária, por isso não é de esperar que algum dia seja conseguida a uniformização dos inúmeros formatos existentes. Desde que atendidas as exigências de descrição das obras, não se pode afirmar que um formato de referência seja melhor ou pior do que outro. Até o presente, foi dedicada maior atenção à formulação de regras; faltam pesquisas para verificar a real utilidade delas em determinar a mais fácil e rápida identificação das obras referenciadas. Na apresentação de uma referência têm sido empregadas codificações tipográficas, de espaçamento ou mistas, tais como caixa alta, grifo, margens, espaços, com o intuito de destacar os diferentes elementos. Simulando uso real, Spencer e outros testaram a efetividade das diversas possibilidades de apresentação; os sujeitos da experiência receberam referências datilografadas em diferentes formatos, devendo localizar determinados elementos. A maior ou menor facilidade com que o conseguiam era medida.[23] Estudos desse tipo precisariam ser repetidos e ampliados. Com a preocupação da lógica e dos legalismos ao ditar normas, foram ignoradas as reações dos usuários. Acima de tudo, o importante é estabelecer princípios para base das decisões; um dos problemas da bibliografia é, precisamente, o de se ter desenvolvido com pouco embasamento em princípios.[24]

Entre nós um grande obstáculo à adoção de normas é a geral falta de familiaridade com o uso de bibliotecas e dos instrumentos de acesso à informação lá entesourada, como os

catálogos, índices, bibliografias. Faz-se necessário um trabalho muito grande de esclarecimento para que autores e editores normalizem suas publicações e se ponham em condições de reclamar contra normas deficientes e mal apresentadas. Alega-se que o estudioso brasileiro que apresenta um trabalho sobre sua especialidade em publicação estrangeira, tem de adotar o formato exigido por esta. Desde, porém, que esteja cônscio dos princípios regendo a referência, poderá fazer a transferência da aprendizagem, adaptando-se a outras normas.

Além da decisão sobre o formato de referência a adotar, o autor deve considerar também a sua localização. Quando poucas, podem ser colocadas no próprio texto, entre parênteses.[25] Antigos manuais americanos sobre a elaboração de teses e dissertações mencionavam a possibilidade de intercalar referências no texto, separadas deste por linhas paralelas, processo considerado conveniente para o autor e para a datilógrafa. Alguns manuais recomendavam essa prática apenas para a datilografia do rascunho ou para se efetuar a leitura do trabalho no original, nunca para a forma final. Theodore C. Hoepfner condenou totalmente esse sistema, esclarecendo que resultava da confusão com o costume de preparar a matéria para o prelo, e nada tinha que ver com a apresentação de trabalhos manuscritos ou datilografados.[26]

Sendo as referências mais numerosas, deve-se usar notas. Tradicionalmente um escrito sério é inçado de notas, mas pouco se sabe, também, a respeito da evolução dessa prática. Teria havido, muito provavelmente, uma derivação dos escólios, os comentários que os gramáticos escreviam às margens dos textos de autores clássicos, mas o assunto está por pesquisar.

As notas são de referência, quando citam as fontes usadas para fatos opiniões e idéias, dão referências bibliográficas, isto é, as indicações indispensáveis à identificação das obras citadas, ou remetem o autor para outras partes do texto onde um determinado tópico já tenha sido abordado; distinguem-se fontes de referências bibliográficas, pois nem todas as fontes constituem material bibliográfico: por exemplo, os testemunhos pessoais em conversas ou entrevistas.

Notas de conteúdo são as que apresentam definições, comentários, esclarecimentos, adições, amplificações, enfim, qualquer material adicional e de interesse que, intercalado no texto, interromperia a linha de argumentação; tais notas podem ser pelo próprio autor da obra ou por editor, tradutor, comentador.

Finalmente, há notas mistas, combinando a indicação de fontes com comentários.

As notas podem ser colocadas ao pé da página (notas de rodapé); é a localização mais conveniente para os leitores, pois facilita a leitura, ainda mais quando se trata de textos em microcópias, ou apresentados em tubo de raios catódicos. Entretanto, as notas de rodapé são de mais difícil datilografia, devendo-se observar os espaçamentos corretos e manter o comprimento da página ou a totalidade da área impressa ("mancha"), sempre igual. Num trabalho que se destina à impressão é desnecessário datilografar as notas no rodapé das páginas do original, o impressor fará isso na composição. O mesmo não se dá com trabalhos destinados à reprodução fotográfica; se a regulamentação de apresentação exigir notas de rodapé, devem ser assim apresentadas.

A indicação das notas é feita mediante uma chamada inserida no texto, geralmente um número alto, desacompanhado de quaisquer outros sinais. Discute-se se essa chamada deveria constar imediatamente após o nome de autor citado ou matéria citada ou parafraseada. O PNB-66 tinha uma seção sobre referências bibliográficas em citações (omitida na NB-66), na qual estipulava: *"No texto, o número de nota deve ser colocado depois da pontuação que encerra a citação."* [27] É a localização mais conveniente para o leitor, principalmente no caso de matéria parafraseada, quando lhe possibilitará distinguir entre o material alheio e a contribuição do próprio autor.

As notas podem, ainda, ser localizadas no fim do texto, como neste artigo, ou no fim dos capítulos, em obras mais longas como livros, teses, dissertações. Causam ao leitor o inconveniente de estar a se alternar do texto para o fim do capítulo e vice-versa. Pior é a prática de enfeixar todas as notas no fim do volume. Na obra **Technical services in libraries**,[28] para dar um exemplo apanhado a esmo (infelizmente, há muitos livros, mais recentes até, cometendo o mesmo pecado...), as notas estão todas colocadas no fim, segregadas por capítulos; a menos que se adote um sistema de marcadores, é difícil saber a que capítulo se refere um grupo de notas, sem ter antes procurado cuidadosamente o início de cada conjunto. No seu livro **Records and research in engineering and industrial science**, Holmstrom[29] resolveu o problema, acumulando as notas no fim da obra, mas indicando também o número da página em que ocorre: 14^3, por exemplo, significa a página 14, nota 3. Esse recurso facilita, também, partir de uma nota para descobrir no texto o que a motivou.

O emprego de notas num trabalho mais extenso do que um artigo requer a apresentação de uma relação ordenada de todas as obras citadas; alguns recomendam que a lista seja mesmo das fontes todas, incluindo entrevistas. Essa lista é, às vezes, chamada de **bibliografia**, mas a designação deveria ser restrita a levantamentos bibliográficos, preferindo-se o termo **referências** para a relação das fontes citadas num trabalho. A ordenação pode ser inteiramente alfabética ou por tipos de materiais, como livros, artigos, mapas, filmes, gravuras, etc., alfabetando-se cada sub-grupo.

Outro sistema de indicar a documentação do trabalho poupa o tempo e esforço de apresentar notas e referências em duas listas. Faz-se apenas uma lista, numerando os itens, e o texto remete a esses números. Por exemplo (15) seria a obra de número 15 na lista de referências. A indicação da página é feita assim: (37:145), isto é, obra 37, página 145. Admite-se apresentar a lista na ordem em que as referências são citadas, mas isso acarreta inconvenientes na localização de uma obra determinada. É mais conveniente alfabetar as obras por autores ou títulos. A chamada da referência pode empregar, em vez de números entre parênteses, o sobrenome do autor. Esse sistema é mais conveniente para as revisões de literatura que não tenham citações ou paráfrases de trechos específicos, mas poder-se-ia fazer uma indicação da página da fonte: (Lancaster, p. 35). Havendo mais de uma obra do mesmo autor, com a mesma data, são utilizadas letras para diferenciá-las, na chamada e na referência: (Cavalcanti, 1981a). Geralmente, nesse sistema, a referência apresenta a data imediatamente após o nome do autor.

Empregada apenas a lista de referência, faltará resolver a localização das notas de conteúdo; deveriam ser, de preferência no rodapé. Seria castigar demais o leitor, obrigá-lo a procurar notas de conteúdo noutra página que a do texto, e ainda a lista de referências num terceiro local. Um artigo de Wright[30] exemplifica um verdadeiro pesadelo a esse respeito: as notas de conteúdo são no rodapé e as referências no fim do artigo, mas o leitor é mandado, às vezes, para uma nota de rodapé que, por seu turno, remete ao número da referência na lista. Ainda, em vez de usar sempre o mesmo número para a mesma referência, usa um novo número na lista, apenas para remeter desta a uma referência mencionada anteriormente.

Como ficará um escrito com o advento do texto eletrônico (paperless book)?[31] Já a preparação de textos por computador (word processor) facilita a solução dos problemas de erros de datilografia, da justificação da margem direita sem horrendos claros e grafismos (sinais inúteis colocados para preencherem espaço), de manter número exato de linhas por página, da colocação das notas de rodapé. Mas o que a tecnologia ainda não conseguiu foi eliminar a odisséia de uma leitura em que se deve vagar entre texto, notas de rodapé, notas e/ou referências no fim do trabalho!

NOTAS

[1]HODGSON, James G. *The preparation of bibliographies and bibliographical footnotes and citations.* Fort Collins, CO, Library, Colorado A. & M. College, 1956. p. 6.

[2]PRICE, Derek J. de Solla. *O desenvolvimento da ciência; análise histórica, filosófica, sociológica e econômica.* Trad. Simão Mathias colab., Gilda Maria Braga. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1976. p. 41.

[3]PRICE, p. 41. Na década de 1950 o livro VELIKOVSKY, Immanuel. *Worlds in Collision.* Garden City, NY, Doubleday, 1950. 401 p., foi muito criticado por suas inúmeras citações sobre excavações, textos antigos, folclores, escritos sagrados de egípcios, hindus, hebreus, babilônios, finlandeses, polinésios, chineses, astecas, índios americanos, para reforçar a tese do autor de que os planetas do sistema solar tinham enlouquecidos e criado o caos. Na década de 1970, contudo, com o aparecimento de obras sobre choques de planetas, astronautas e fenômenos não explicados do nosso globo, surgiu renovado interesse no livro.

[4]WILLIAMS, Cecil B. & STEVENSON, Allan H. *A research manual for college studies and papers.* 3. ed. New York, Harper & Row, 1963. p. 125.

[5]KAPLAN, Norman. The norms of citation behavior; prolegomena to the footnote. *American Documentation,* Washington DC, 16:179-184, 1965, p. 179.

[6]WILSON JR., E. Bright. *An introduction to scientific research.* New York, McGraw-Hill, 1952. p. 362.

[7]WEINSTOCK, Melvin. Citation indexes. In: KENT, Allen & LANCOUR, Harold, eds. *Encyclopedia of library and information science.* New York, M. Dekker, 1971. v. 5, p. 16-40.

[8]IRVINE, Demar. *Writing about music;* a style book for reports and theses. 2. ed. rev. and enl. Seattle, University of Washington Press, 1968, p. 52.

[9]VOOS, Henry & DAGAEV, Katherine. Are all citations equal? or, Did we op. cit. yours idem? *Journal of Academic Librarianship,* Boulder,CO, 1:19-21, 1976.

[10]BERTRAM, Sheila Joan Kelley. *The relationship between intradocument citation location and citation level.* Dissertação de Ph.D., University of Illinois at Urbana-Champaign, 1970. 235 p.

[11]FROST, Carolyn O. The use of citations in literary research; a preliminary classification of citation functions. *Library Quarterly,* Chicago, 49:399-414, 1979. p. 405. O artigo é baseado na tese: FROST, Carolyn O. *The use of scholarly materials in German literary research;* an analysis of reference citations in publications about literary works written in the German language. Dissertação de Ph.D., University of Chicago, 1977.

[12]SCIENCE CITATION INDEX. Philadelphia, Institute for Scientific Information, 1963-; SOCIAL SCIENCES CITATION INDEX. Philadelphia, Institute for Scientific Information, 1973-.

[13]A análise de acoplamento bibliográfico foi proposta por KESSLER, M.M. Bibliographic coupling between scientific papers. *American Documentation,* Washington DC, 14:10-25, 1963.

[14]A análise de co-citação foi sugerida por SMALL, Henry. Co-citation in the scientific literature: a new meassure of the relationship between two documents. *Journal of the American Society for Information Science,* Washington DC, 24:265-9, 1973; tem sido desenvolvida por Small e Griffith, por exemplo: SMALL, Henry & GRIFFITH, Belver C. The structure of scientific literatures, I: identifying and graphing specialties. *Science Studies,* Beverly Hills, CA, 4:17-40, 1974.

[15]HODGES, Theodora Long. *Citation indexing;* its potential for bibliographical control. Dissertação de Ph.D., University of California, Berkeley, 1972. 664 p.

[16]ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NB-66 Referências bibliográficas. In: ___. *Normas ABNT sobre documentação.* Ed. atualizada pela Comissão de Estudos de Documentação do CB-14. Rio de Janeiro, 1978. v. 1. p. 14, 2.1.

[17]MALCLÈS, Louise-Noëlle. *La bibliographie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1962. p. 14.

[18]BERTRAM, p. 7.

[19]Como exemplo de instruções especificamente para referências de multimeios: FLEISCHER, Eugene B. *Bibliographic citations for non-print materials;* a manual for writers of term papers and theses. Prelim. ed. Trenton, NJ, Association for Educational Communications and Technology, 1975. 42 p.; FLEISCHER, Eugene B. *A style manual for citing microform and nonprint media.* Chicago, American Library Association, 1978. 66 p.; LEEWELLYN, Mary Emma & SANDERS, Minda M. *Citations for nonprint media formats in term papers and theses.* Lancaster, PA, Pennsylvania School Librarians Association, 1978. 19 p. Quanto a entrevistas, naturalmente não são incluidas nas instruções para referenciação bibliográfica; no entanto, na elaboração de trabalhos, são importantes como testemunho e devem ser referenciadas. Os manuais de editoração americanos geralmente incluem instruções sobre a maneira de fazer a indicação de entrevistas.

[20]ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Normalização da documentação no Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1964. p. /8/.

[21]ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS; NB-66 Referências bibliográficas. In: __. *Normas ABNT sobre documentação*. p. 13-29.

[22]AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. *American national standard for bibliographic references, ANSI Z39.29-1977.* New York, 1977. 92 p.

[23]SPENCER, H. et alli. Spatial and typograhic coding in printed bibliographic materials. *Journal of Documentation,* London, 31:59-70, 1975.

[24]WILLIANSON, Nancy Joyce. *Cataloging and bibliography;* a comparative study of their interrelationships as seen through their principles and practices. Dissertação de Ph.D., Case Western Reserve University, 1977. p. ii.

[25] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Referências bibliográficas, PNB-66/1970.* Projeto de norma elaborado pela Comissão de Estudo de Documentação. Rio de Janeiro, 1970. p. 30, 11.11. *"Podem-se colocar as referências bibliográficas em citações, quando curtas, no próprio texto, entre parênteses".* Não figura mais na NB-66 a parte referente às notas em citações, que constava do Projeto.

[26] HOEPFNER, Theodore C. *Manual on thesis writing for the Graduate School, Alabama Polytechnic Institute.* Auburn, Alabama Polytechic Institute, 1946. p. 44.

[27] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Referências bibliográficas, PNB-66/70,* p. 29, 11.4.

[28] TAUBER, Maurice F. et alli. *Technical services in libraries.* New York, Columbia University Press, 1956. 487 p.

[29] HOLMSTROM, J. Edwin. *Record & research in engineering and industrial science.* London, Chapman & Hall, 1956. 491 p.

[30] WRIGHT, H. Curtis. The wrong way to go. *Journal of the American Society for Information Science.* Washington, DC, 30:67-76, 1979.

[31] LANCASTER, F. W. *Toward paperless information systems.* New York, Academic Press, 1978. 192 p.